

# ÚLTIMA GUERRA OU A GUERRA PARA FAZER O MUNDO SEGURO PARA A DEMOCRACIA: VIOLÊNCIA E DIREITO EM HANNAH ARENDT<sup>1</sup>

THE LAST WAR OR THE WAR TO MAKE THE WORLD SAFE FOR DEMOCRACY: VIOLENCE AND RIGHTS IN HANNAH ARENDT

Petar Bojanic\*  
bojanicp@gmail.com

**RESUMO:** Parafraseada no título deste texto está uma nota feita por Hannah Arendt em agosto de 1952. Depois de ler *Nomos da Terra* de Carl Schmitt, Arendt tenta confrontar a ideia de Schmitt de uma guerra justa. No texto, busco reconstruir as leituras de Arendt de diferentes textos de filosofia política dentro do contexto de seu pensamento sobre a relação entre violência e poder, força e lei. A recusa de Arendt em aceitar a existência de uma violência que pode “conquistar” a liberdade e “criar” o direito e a democracia, contradiz a grande tradição dos seguidores de Marx, aos quais Arendt sem dúvida pertence: A violência revolucionária é algo possível? Se sim, como? Por fim, violência como resistência à injustiça traz justiça?

**PALAVRAS-CHAVE:** Direito, Lei, Violência, Revolução, Guerra justa.

**ABSTRACT:** Paraphrased within the title of this text is a note Hannah Arendt made in August 1952. After reading Carl Schmitt’s *Nomos der Erde*, Arendt tries to confront Schmitt’s idea of a just war. In the text I attempt to reconstruct Arendt’s readings of differing political philosophy texts within the context of her thinking concerning the relationship between violence and power, force and law. Arendt’s refusal to accept the existence of violence which can “conquer” freedom and “create” right and democracy, brings contradiction to the great tradition of the followers of Marx, to whom Arendt undoubtedly belongs: how is and is revolutionary violence even possible and does violence as resistance to injustice bring justice?

**KEYWORDS:** Right, Law, Violence, Revolution, Just war.

Antes mesmo de começar a explicar este título complexo (no qual, cada palavra nega a "posição" e o engajamento de Hannah Arendt) e antes de tentar explicar o uso da palavra violência /*Gewalt*/, gostaria de dizer algumas palavras sobre uma certa dificuldade que define esse texto. A dificuldade está nas fontes e nos vestígios que estão à nossa disposição quando evocamos o engajamento, a vida ou a posição de um determinado homem ou grupo. Nós, tenho certeza, representamos a última geração de leitores (não gosto da palavra “pesquisadores”) que ainda não podem consultar livremente (nos colocar diante deles, no exato momento necessário e em qualquer lugar) tudo o que seja objeto de nossos interesses.

<sup>1</sup> O artigo foi preparado no âmbito do projeto de pesquisa do Instituto de Filosofia e Teoria Social de Belgrado *Aspectos Regionais e Europeus dos Processos de Integração na Sérvia: Hipóteses Civilizacionais, Realidade e Perspectivas para o Futuro*, financiado pelo Ministério da Ciência e Proteção Ambiental da República da Sérvia (nº 149031). Foi apresentado em 12 de outubro de 2006 no colóquio internacional "A vida como amor mundi: Hannah Arendt entre filosofia e política", em Brasília.

\* Pesquisador sênior do "Centre for Modern Thought" da University of Aberdeen (Escócia), bem como do Institute of Philosophy and Social Theory, Belgrado. Depois de ter concluído o seu doutoramento, "The War (last) and the Institution of Philosophy", sob a orientação de Jacques Derrida e Etienne Balibar, leccionou na Universidade de Cornell (EUA), Aberdeen (Reino Unido) e na Universidade de Belgrado (Sr).

Em poucos anos, sem dúvida, todos os arquivos e diferentes testemunhos estarão completamente acessíveis online, e dessa forma construções intelectuais centenárias e tolices serão apagadas em apenas alguns segundos. Imagine quantos textos, sobre Hannah Arendt por exemplo, hoje parecem muito fracos e escritos apressadamente apenas porque, na época em que foram escritos, seus autores não tinham todos os seus diários<sup>2</sup> ou seu livro *Was ist Politik?* na frente deles. Paradoxalmente, se você não lê alemão, hoje é mais fácil entender sua compreensão de *Política ou Guerra* se você ler em português do que em inglês. O livro *O que é Política?* foi traduzido e publicado por Reinaldo Guarany no Brasil em 1999, enquanto a versão em inglês, incompleta, apareceu apenas no ano passado (*The Promise of Politics*<sup>3</sup>). Desculpem minha má pronúncia, desculpem-me por não me dirigir a você no seu próprio idioma e também por não poder aproveitar as vantagens da língua portuguesa, em comparação com a língua inglesa (e não apenas o inglês) quando termos que se aplicam ao a violência<sup>4</sup> das palavras está em questão.

Este ano estou morando em Aberdeen, Escócia, e trabalhando no “Centre for Modern Thought”, onde leciono filosofia jurídica no Departamento Jurídico. Esta é, eu os lembro, a Universidade onde Hannah Arendt deu duas séries de Palestras Gifford em 1973 e 1974 (nos últimos anos essas palestras foram realizadas em Edimburgo, mas o “Centro” está tentando devolvê-las a Aberdeen). Como vocês bem sabem, as palestras de 1974 foram interrompidas porque ela sofreu um ataque cardíaco quase fatal. Enquanto eu preparava este texto, tentei adquirir uma gravação em áudio da primeira série de palestras, assim como da segunda. Eu estava interessado em suas referências aos escritos jurídicos de Kant e os primeiros lugares onde Kant aparece - antes que a ideia para a terceira parte do livro *The Life of the Mind*

---

<sup>2</sup> H. Arendt, *Denktagebuch, 1950-1973*, Munich-Zurich, Piper, 2002.

<sup>3</sup> Jerome Kohn (Ed.), New York, Schocken Books. O texto “Introduction into Politics” (pp. 93-204) foi traduzido para o inglês por John E. Woods. Antes disso, havia uma tradução não publicada de Robert e Rita Kimber.

<sup>4</sup> Arendt percebeu que havia um grande problema com a palavra alemã para Violência, *Gewalt*, vários tradutores, para o inglês, estavam precisamente tentando modificar seu significado. O tradutor do texto “*Einführung in die Politik*” não traduziu *Gewalt* como Violência, como fez Arendt, mas com algumas palavras diferentes: “força”, “força bruta”, mas raramente como “violência”. Thomas McCarthy, o tradutor do texto de Habermas de 1977 “*Conceito de Poder de Comunicação de Hannah Arendt*”, também traduz a palavra *Gewalt* de Habermas como *Força*, enquanto Arendt usa a palavra violência na língua inglesa. A confusão ocorre quando outros livros de Arendt são citados, nos quais ela, no inglês original, usa a palavra “força”. Em um dos últimos grandes textos sistemáticos sobre violência, Etienne Balibar tenta pensar os significados da palavra *Gewalt* analisando vários textos ‘marxistas’. É interessante que ele evita completamente o texto de Hannah Arendt (*Historisch-Kritisches Wörterbuch des Marxismus*, Hrsg. W. F. Haug, Band 5, Hamburgo, Argument Verlag, 2001).

("Julgando")<sup>5</sup> viesse à tona - na análise de Hannah Arendt. Por que "Julgando"? Como Kant entra em cena? Mais precisamente, eu estava interessado no momento de união de suas leituras da Crítica do Julgamento de Kant, a fusão da análise daqueles célebres fragmentos sobre poder, violência e guerra (§28 e §83) com sua "teoria da diferença" entre violência e poder (esta é a imagem a que me refiro). As conferências de Arendt, que hoje conhecemos sob o título *Lectures on Kant's Political Philosophy* (publicadas pela primeira vez em 1982)<sup>6</sup>, e nas quais ela mostra uma ressalva (hoje tão celebrada, mas também injustificada) em relação às obras jurídicas e políticas de Kant, foram mantidas por quase uma década enquanto ela fez sua pesquisa sobre violência que culminou no livro *On Violence* em 1970.<sup>7</sup> É muito estranho, mas Kant raramente aparece nos textos de Arendt sobre política ou guerra, revolução etc. (por exemplo, no livro *On Violence* ele é mencionado apenas uma vez, p.27; no livro *On Revolution* duas vezes)<sup>8</sup>. Como não consegui obter o que esperava em Aberdeen (e o que não está nos arquivos de Washington), tudo o que posso fazer é apresentar a você minha suspeita e algumas perguntas para as quais não tenho respostas. Assim, ergue-se a pergunta: Kant, no final, estremeceu a opinião muito rígida e inabalável de Arendt sobre a violência (des)justificada, aquela que cria ainda mais violência e guerra que não tem "significado"?<sup>9</sup> É possível acompanhar a gênese da "Nona Sessão"<sup>10</sup> em que Arendt analisa as sentenças de Kant sobre a guerra que traz progresso, serve à cultura e leva à paz? Por que Arendt nunca desenvolveu a máxima de Kant sobre a paz como um "regulador" da guerra e do conflito, que pode restringir a violência /*die Gewalt einzudämmen*/ (por que ela não esclareceu, da complicada construção de Clausewitz entre *Ziel* /objetivos/ e *Zweck* /fins/ à qual ela dedicou algumas páginas na *Introdução à Política*)?<sup>11</sup> O que podemos encontrar nas notas e palestras

<sup>5</sup> Refiro-me ao Apêndice, que pode ser encontrado em *The Life of the Mind*, Volume II, Nova York, Harcourt Brace Jovanovich, 1978, pp. 260-261.

<sup>6</sup> Ronald Beiner (Ed.), Chicago, Harvester Press, 1982.

<sup>7</sup> Estou usando uma edição de Allen Lane e Penguin Press (Londres).

<sup>8</sup> H. Arendt, *On Revolution*, London, Penguin Books, 1990 (1963), p. 54 i 229.

<sup>9</sup> Por que a guerra é tão "brutalmente" descartada do espaço político na opinião de Hannah Arendt e como entender, neste contexto, este texto tão importante que foi publicado na revista *Aufbau* (14 de novembro de 1941) "O Exército Judaico - o Início de uma Política Judaica?" (agora traduzido e publicado em *The Portable H.A.*, Londres, Penguin Books, 2000, pp. 46-48)? Ou o texto "*Papier und Wirklichkeit*" de 10 de abril de 1942 (*Aufbau*), em que a paz depende diretamente da guerra: "*Der nicht im Krieg ist, auch nicht im Frieden*"?

<sup>10</sup> *Lectures on Kant's Political Philosophy*, pp. 51-58.

<sup>11</sup> "Pois o objetivo de toda força é a paz - o objetivo, mas não o fim, uma vez que é pelo objetivo que devemos julgar todos os usos individuais da força, aplicando a máxima de Kant (em Paz Perpétua) de que nada deveria ser permitido acontecer em guerra que tornaria uma paz subsequente impossível. O objetivo não está contido na ação em si, mas, ao contrário dos fins, também não está no futuro. Se for alcançável, deve permanecer

não publicadas de Hannah Arendt? E o que sua descoberta de um novo horizonte em Kant, e o progresso como uma norma para o julgamento e avaliação da violência, agregam para a justificativa da violência?

Eu poderia formular minha questão principal de outra maneira: estou interessado no que exatamente Arendt leu sobre as obras jurídicas de Kant (quero dizer, especificamente, suas palestras, suas palestras esboçadas sobre metafísica da moral e antropologia) para que eu possa reconstruir sua resistência para Kant.

Eu gostaria de fazer uma breve pausa nesta questão que eu determinei como a mais importante. Portanto, estou interessado no que Arendt leu sobre Kant, como ela leu e por que hesitou em pensar em sua "teoria" a respeito da violência com Kant. Vamos deixar de lado, por um momento, o contexto dessa questão. Acho que a conexão entre os textos, o entrelaçamento de textos e o fato de alguns textos não serem lidos<sup>12</sup>, o mais importante condiciona e dita a escrita ("teoria" ou "posição") e produz novos contextos. Vou repetir e enfatizar - textos, não eventos ou quase pseudo eventos. Textos como eventos produzem contextos e eventos, e novos textos. Não vou complicar ainda mais as coisas ou permanecer

---

constantemente presente, e precisamente durante os momentos em que ainda não foi alcançado. No caso de guerra, a função do objetivo é obviamente restringir a força; "Was ist Politik?", S. 132; *The Promise of Politics*, p. 198. Todos os fragmentos neste livro que foram escritos entre 1956 e 1959, e mais tarde se tornaram parte de um livro sobre revolução e um livro sobre a violência, podem ser lidos como um arranjo de diferentes textos políticos que Arendt ao considerar, aceita ou rejeita. O problema é que os nomes dos autores desses textos estão escondidos de nós: Bodin, Schmitt, Heidegger (Arendt manipula alguns de seus seminários - um deles publicado recentemente), Jünger (mencionado uma vez), Simone Weil...

<sup>12</sup> Hannah Arendt é certamente responsável pelo grande mistério em conexão com seu conhecimento do texto de Benjamin de 1921 "*Zur Kritik der Gewalt*". Nos textos publicados até agora ela não o menciona, mas também não deixa aos leitores dúvidas de que o conhece. No entanto, a responsabilidade também recai sobre os diferentes detentores (policiais) dos arquivos, mas também sobre alguns leitores que forçam conexões entre os textos e que constroem fábulas policiais. Beatrice Hanssen (*Critique of Violence*, London, Routledge, 2000, p. 16) fala sobre o texto de Benjamin como sendo "conspicuamente ausente" no livro *On Violence*, porque não aceita a recepção posterior do texto de Benjamin que na verdade começa com Derrida (Markuse merece o crédito pela reimpressão de "*Zur Kritik der Gewalt*" em 1965). Por outro lado, é completamente incompreensível que alguns documentos importantes sobre a relação entre Benjamin e Arendt tenham sido publicados apenas alguns meses atrás (*Arendt und Benjamin: Texte, Briefe, Dokumente*, Hrs. Schöttker, Detlev / Wizisla, Erdmut Frankfurt am Main, Suhrkamp, 2006. Algumas das cartas já foram publicadas na revista *Text und Kritik* No. 166-167 (2005), S. 58-66.). O segredo da "recepção" de Arendt ao texto de Benjamin não é resolvido neste livro. Além disso, é inconcebível que nas palestras e notas de Arendt, encontradas em seu arquivo e publicadas como *Was ist Politik? Fragmente aus dem Nachlass*, Ursula Ludz não conseguiu encontrar nenhuma menção ao nome Carl Schmitt (seu nome é mencionado em alguns fragmentos sobre guerra justa em seu Diário de 1952). A interpretação de Arendt do termo *Nomos* em textos gregos está em conexão direta com sua leitura do livro de Schmitts *Der Nomos der Erde im Völkerrecht des Jus Publicum Europaeum* (Cf. *Was ist Politik?*, S. 102-123; *The Promise of Politics*, pp. 172-190). O único livro que trata da relação entre Schmitt e Arendt é o livro de Enrique Serranos Goimez, *Consenso y conflicto: Schmitt y Arendt: la definición de lo político*, Colombia, Universidad de Antioquia, Instituto de Estudios Políticos, 2002.

no termo “evento”. Isso seria um empreendimento grande demais para este momento. Por enquanto, basta lembrar as palavras de Hannah Arendt e ver como ela aborda e entende os acontecimentos em seu próprio tempo. O que ela faz, o que ela quer? Por que ela quer distinguir (*distinguir, distinguir*, como diz Ricœur<sup>13</sup>) e fazer ordem (ordem entre os termos, ordem entre os textos)? Por que sua resposta aos eventos, sua responsabilidade por esses mesmos eventos, se manifesta com a criação de distinções e diferenças?

Falarei primeiro sobre os "eventos": Arendt geralmente concebe todos os eventos importantes (a Primeira Guerra Mundial, a Revolução Russa, o Holocausto, Hiroshima, o bombardeio de cidades alemãs) no contexto da previsão de Lenin para o século XX como o século de violência<sup>14</sup>. Os Eventos (uma certa violência é uma condição prévia para um acontecimento ser mesmo um *evento*?) são a descolonização, a crise no Oriente Médio, motins estudantis, a Guerra Fria e a ameaça de uma Terceira Guerra Mundial, os primeiros atentados terroristas, a crise em Cuba, os assassinatos na América, a guerra no Vietnã etc. No final (para mim, o final é a última versão do texto de Arendt *On Violence* e o ano em que foi concluído, 1969<sup>15</sup>) o presidente Lyndon B. Johnson formou o “Comissão Consultiva Nacional para as Causas e Prevenção da Violência” (1968-69). A palavra “prevenção”, mencionada acima, representa a resposta de um governo e de um estado à violência, que de uma forma ou de outra é produzida por esse mesmo estado. Mais de trinta anos depois, após uma sequência semelhante de eventos e violência extrema, uma resposta idêntica do mesmo estado e as mesmas palavras podem ser encontradas em “A Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos da América” (sendo que outro presidente a assinou duas vezes, Setembro de 2002 e março de 2006).<sup>16</sup>

---

<sup>13</sup> P. Ricœur, “*Pouvoir et Violence*”, *Ontologie et politique*, Paris, Tierce, 1989, p. 141.

<sup>14</sup> Essa previsão também abre o livro *On Revolution*, p. 11 e o livro *On Violence*, p. 3.

<sup>15</sup> A primeira versão resumida do livro *On Violence* foi publicada como “*Reflections on Violence*” no *Journal of International Affairs*, inverno de 1969, pp. 1-35. Uma versão idêntica foi imediatamente reimpressa na *New York Review of Books*, 27 de fevereiro de 1969, pp. 19-31. Daqui em diante citarei esta última versão.

<sup>16</sup> É realmente possível comparar, de uma forma completamente diferente, eventos de trinta anos atrás e novos eventos ocorridos após o colapso do Império Soviético (a crise da soberania do Estado, guerras e intervenções humanitárias, não intervenções catastróficas, guerras israelenses e palestinas terrorismo, os ataques de 11 de setembro e várias guerras em conexão com a interminável “guerra ao terror”). Assim como a reconstrução da velha doutrina de meia-idade da guerra justa (teoria da guerra justa de Michael Walzer) representou uma “solução teórica” para a crise dos anos 70, Davor Rodin hoje sugere uma nova Ética da Guerra e o surgimento da “guerra assimétrica”. Cf. “*The Ethics of War: State of the Art*”, *Journal of Applied Philosophy*, vol. 23, No. 3, 2006, pp. 241-246. O alvo de Hannah Arendt em 1952 era Carl Schmitt, mas ela acertou Walzer e Rodin: “Na verdade, não pode haver uma guerra justa /*gerechten Krieg*/, porque isso significaria que as pessoas são capazes de

Os nomes dos presidentes e esses documentos são completamente casuais e não devemos exagerar fortemente a autenticidade da mão que assina um documento ou institucionaliza uma nova comissão governamental. Essa poderia ser (e foi) a primeira resposta de Hannah Arendt à violência que estava ocorrendo: o estado é "improdutivo" e um parasita ("fenômeno parasitário" /parasitäre Erscheinung/)<sup>17</sup>. "O estado" antes de tudo expressa (e fortalece) certas palavras que podem, paradoxalmente, muitas vezes vir da esquerda. O conceito de prevenção (preempção é uma variação dessa palavra) é uma das formas mais sofisticadas pelas quais a violência mais agressiva pode ser justificada ou pela qual os meios mais horríveis podem ser usados para prevenir distúrbios sociais. Todos esses anos, foi completamente desnecessário pesquisar as palestras e trabalhos de Kant em busca dessa instituição para que pudéssemos encontrar uma série de documentos políticos jurídicos (*Kant-Achenwal-Wolff-Thomasius-Pufendorf-Grotius-Gentili-Legnano Ulpianus* etc.) que justificariam a guerra preventiva - uma guerra defensiva que é, na verdade, uma guerra ofensiva por excelência. Bastaria ouvir os justos e os pacifistas porque eles se preocupam com o que Arendt deixará de fazer imediatamente - legitimar a violência como ato político.

Qualquer pessoa racional concordaria que a violência não é legítima, a menos que as consequências de tal ação eliminem um mal ainda maior. É claro que há pessoas que vão muito mais longe e dizem que é preciso se opor à violência em geral, independentemente de quaisquer consequências possíveis. Acho que essa pessoa está afirmando uma de duas coisas. Ou ele está dizendo que o recurso à violência é ilegítimo, mesmo que as consequências sejam eliminar um mal maior; ou ele está dizendo que sob nenhuma circunstância concebível as consequências serão tais que eliminem um mal maior. A segunda delas é uma suposição factual e quase certamente é falsa. Pode-se facilmente imaginar e encontrar circunstâncias em que a violência elimina um mal maior (...) Portanto, não posso aceitar uma oposição geral e absoluta à violência, apenas que o recurso à violência é ilegítimo, a menos que as consequências sejam para eliminar um mal maior.<sup>18</sup>

---

comparar a tristeza que vem da guerra com seu conteúdo /ob das Leid des Krieges mit seinem Inhalt kommensurabel ist/. Mas isso é impossível. (...) Justiça só pode existir dentro da lei. No entanto, cada guerra ocorre fora da lei, incluindo uma guerra defensiva, na qual sou forçado a cruzar as bordas, fronteiras, da lei /auch ein Verteidigungskrieg, in dem ich eben gezwungen bin, den Rahmen - den Zaun des Gesetzes zu überschreiten/. H. Arendt, *Denktagebuch, 1950-1973*, S. 243.

<sup>17</sup> Was ist Politik?, S. 76; *The Promise of Politics*, p. 149.

<sup>18</sup> Isso faz parte da intervenção de Noam Chomsky no debate sobre a legitimidade da violência no *Theatre of Ideas* em Nova York, 15 de dezembro de 1967 (no livro *On Violence*, Arendt menciona essa discussão, da qual ela própria fez parte, sobre página 79). Em 1971, Alexander Klein publicou um texto integrado no livro *Dissent, Power and Confrontation*, New York, McGraw-Hill, 1971, pp. 95-133. A citação de Chomsky se encontra na página 107. Parece que depois desse debate Hannah Arendt definitivamente começou a escrever seu texto sobre violência e

Hoje é realmente possível reconstruir todas essas transformações na argumentação que contribuem para a violência e as ações violentas, em verdadeiros crimes e homicídios perpetrados em nome do Estado, mas também contra as instituições estatais. Parece que o estado (ou governo ou gabinete ou serviço secreto de um estado) é frequentemente apenas um agente da passagem ("*passage à l'acte*") dessas diferentes vozes "intelectuais" (discursos<sup>19</sup>) em atos reais de violência. A singularidade desse agente consiste no "poder" de se manter anônimo e isento de qualquer responsabilidade.

Em que consiste a visão de Arendt ("visão muito absolutista" (Chomsky)<sup>20</sup>) e como a violência pode ser interrompida?

Arendt começa com textos. A responsabilidade (ou a falta de responsabilidade e fabricação da violência) está, antes de mais nada, nos textos. Quando ela lê Sartre ou Fanon ("lendo essas declarações grandiosas irresponsáveis"<sup>21</sup>), quando ela reconhece o poder da hipocrisia e da confusão de argumentos, quando ela reconhece "o poder da indiferença" no uso de palavras e conceitos em textos contemporâneos e mais antigos, ela acredita simultaneamente no texto vivo, no poder dos textos para reconhecer e parar *die Stummheit der Gewalt* (o silêncio da violência). A maior singularidade e maior mal da violência é a mudez, uma afasia da violência que começa, escreve Arendt em abril de 1953, quando ninguém fala com ninguém, não há diálogo, mas se fala "sobre" (*über*)... pensamento lógico sempre leva à violência */Logisches Denken führt daher immer in Gewalt/*, a lógica leva à violência porque a lógica não fala com ninguém e não fala sobre nada */Logik spricht niemand an und redet über nichts/*. A lógica prepara a violência */So bereitet sie die Gewalt vor/*.<sup>22</sup> Dois anos antes, em uma carta a Jaspers de 4 de março de 1951, Arendt escreveu que a filosofia certamente tem uma parte na responsabilidade por tudo o que ocorreu neste século. "A sua responsabilidade

---

desistiu da ideia de que a violência pode ter legitimidade. É interessante que depois de quase 30 anos E. Balibar, no texto "Violence: idéalité et cruauté" que foi lido no *Collège de France* em Paris e na Universidade Cornell no inverno de 1995, repete os argumentos de Chomsky e fala de uma violência legítima, sobre "*une contre violence préventive*".

<sup>19</sup> O fascínio pela violência e pelo poder se manifestou anteriormente na forma de uma grande pressa do filósofo em ajudar e liderar ações rebeldes e terroristas contra o Estado (Cf. Entrevista com Sartre sobre suas discussões com Andreas Baader, dezembro de 1974, *Les Temps Modernes*, No. 632, 2005). Hoje, quando os governos de alguns estados pedem a ajuda de seus moradores denunciando cidadãos suspeitos, os filósofos se sentem chamados a, o mais rápido possível, legitimar as guerras em nome da segurança, para justificar a violência do Estado e forçar medidas preventivas de "proteção" e observação dos cidadãos.

<sup>20</sup> *Dissent, Power, and Confrontation*, p. 119

<sup>21</sup> *On Violence*, p. 20; "Reflections on Violence", p. 21.

<sup>22</sup> *Denktagebuch*, 1950-1973, April 1953, S. 345.

reside no fato de a filosofia ocidental nunca ter tido um conceito claro do político */dass diese abendländische Philosophie nie einen reinen Begriff des Politischen gehabt hat .../ ...*<sup>23</sup> Na descrição do seu projeto “Introduções à Política” que ela envia à Fundação Rockefeller em dezembro de 1959, ela sugere “um reexame crítico do principal conceito tradicional e das estruturas conceituais do pensamento político (...). Por crítica, não quero dizer “desmascarar”. Tentarei descobrir de onde vieram esses conceitos antes de se tornarem termos gastos e generalizações abstratas<sup>24</sup>. “Existe outro acréscimo significativo, de que Arendt precisa para aumentar ainda mais a auto-responsabilidade do filósofo que é argumentativo, que é uma “pessoa racional”, que usa generalizações abstratas e cujas sentenças são sempre logicamente corretas.

(...) todos nós somos beneficiários da violência do passado neste país. Penso que todos podemos concordar imediatamente num ponto: claramente, um grande crime foi cometido por este país e que agora estamos pagando (e já pagamos há certo tempo) o preço por este crime. E é interessante ver quanto tempo leva para um país pagar de volta crimes de fundação. Tanto pequenos crimes que a história esquece, quanto um crime de fundação como a escravidão tem, como sabemos agora, consequências enormes e duradouras. Mas dizer que somos os beneficiários desta violência do passado é uma interpretação que eu poderia contestar por muitos motivos.<sup>25</sup>

A violência já foi praticada, antes de qualquer nova violência e antes de qualquer violência possível, antes de qualquer novo ato que a legitime. Devemos esquecer imediatamente o país de que fala Arendt (pois este poderia ser qualquer país) e o crime que se encontra nas bases e nas raízes deste país. Deixemos de lado, por enquanto, o que talvez seja o mais importante e que sempre, desta ou daquela forma, decidirá sobre o futuro da violência. Vamos deixar de lado o que sempre é impossível deixar de lado. Aqui me refiro às grandes e perigosas palavras usadas por Arendt neste debate de 1967: “pagando”, “preço”, “história que esquece”, “benefícios”, “crimes estruturais e pequenos”.

Além disso, com essas palavras a violência sempre, até agora, se recompôs e continuou. Estou interessado - é por isso que comecei com todas aquelas perguntas sobre Kant e Arendt, é por isso que o título deste texto contém duas palavras que Arendt nunca colocou lado a lado (Violência e Direito) – em me perguntar, onde está essa “Violência

<sup>23</sup> A citação encontra-se em “Kommentar der Herausgeberin” (Ursula Ludz), Was ist Politik?, S. 144.

<sup>24</sup> “Projektbeschreibung”, *ibid*, S. 200.

<sup>25</sup> Dissent, Power, and Confrontation, p. 115.



passada”, a qual Arendt identificou e falou sobre? E como ela é reconhecida? Está oculta, institucionalizada e “esquecida” dentro do poder de um país?<sup>26</sup>

Com esta pergunta, as intenções de Hannah Arendt devem ser bastante claras a respeito da violência que para Arendt representa o maior desafio do século XX. A responsabilidade de Hannah Arendt (e não apenas dela) perante a violência consiste em: (1) a responsabilidade da filósofa (pensadora) Hannah Arendt que como tal cria a violência, (2) a culpabilidade como cidadã de H. Arendt que é o beneficiária desta mesma violência que ela como filósofa preparou (lembre-se, esta cidadã é na verdade um soldado em repouso; *beneficium* significa um soldado privilegiado) e (3) a penitência do crítico (e não um simples desmistificador) H. Arendt, cuja tarefa é a reconstrução do poder e a diferenciação entre violência e poder - a violência seria assim transformada talvez no “poder da não violência”.<sup>27</sup> Repito, esta tarefa (3), que ela escreve sem fôlego em seu projeto para a Fundação Rockefeller, que ela preparou vários anos depois, está prevista para começar com grandes textos do pensamento ocidental e continuar nos arquivos.

Atualmente, devemos nos atentar para decisão da Fundação de não financiar este projeto de reconstrução do conceito do político porque as consequências dessa decisão são bem diferentes. Primeiro, Arendt atrasou uma tarefa que hoje é tão ativa quanto há cinquenta anos. É precisamente a necessidade urgente de tal livro hoje que nos deixa esperançosos e tristes, porque se tal livro tivesse sido escrito quando deveria, talvez tivéssemos visto uma

---

<sup>26</sup> No livro *Sobre a Revolução*, quando Arendt escreve sobre Maquiavel, ela rapidamente explica “a tarefa de fundação” (o estabelecimento de um novo começo), que como tal parecia exigir violência e crime (Romulus matou Remus, Caim matou Abel) (pp. 38-39). É muito difícil estabelecer o estado dessa “violência passada”, principalmente quando se sabe que Arendt não deu atenção à violência que financia uma espécie de ordem (direito, ou comunidade), nem ao direito de praticar violência, isto é; violência legal. Não acho que haja qualquer possibilidade real de qualquer tipo de violência “residual” que não seja engolida e digerida por um poder. Uma dificuldade semelhante aparece na introdução forçada de Habermas do termo “*Strukturelle Gewalt*” de Johan Galtung (de 1971), que é impossível de incorporar na “teoria da diferença” de Hannah Arendt. “Hannah Arendt’s Communications Concept of Power”, *Social Research* 44/1 (1977), pp. 3-24 (“Hannah Arendts Begriff der Macht” *Merkur* (1976), No. 341, S. 946- 961).

<sup>27</sup> O “poder da não violência” se refere a Gandhi e é um conceito no qual Arendt acredita há muito tempo. Em novembro de 1952, ela escreveu que Gandhi é um verdadeiro exemplo de uma situação em que o poder conseguiu derrotar a violência (*Denktagebuch*, 1950-1973, S. 273). Em um debate no TFI 1967, ela fala do “enorme poder da não-violência de Gandhi”: “Não há dúvida de que a não violência pode ser derrotada, como todo poder pode ser derrotado, pela violência. Mas se a república usasse a violência para quebrar o poder não violento, de alguma forma estaria quebrando os próprios alicerces em que se baseia. Seria exatamente na situação em que, por exemplo, os ingleses foram confrontados com a não-violência por parte do Sr. Gandhi - um movimento enormemente poderoso (*Dissent, Power, and Confrontation*, p. 124). Entretanto, no texto final sobre a violência de 1969, o papel de Gandhi é tornado completamente relativo e toda a importância é removida dele. Cf *On Violence*, p. 53

redução da violência na segunda metade do século passado. Além disso, fragmentos relativos à política de Hannah Arendt permanecem descartados e não sistematizados, compilados aleatoriamente e publicados na forma de pequenos livros e palestras. Finalmente, foi impossível reconstruir seus primeiros esboços de projetos, suas anotações desordenadas, porque tudo estava atrasado e porque as “políticas dos arquivos” são sempre obscuras /der Dunkelheit der Archive/<sup>28</sup> e fundamentalmente inaceitáveis.

Quando eu, por exemplo, questioneei a leitura de Kant feita por Arendt, parecia-me que a importância de Kant para seu engajamento era maior do que parece agora. Pensei, ao mesmo tempo, que poderia facilmente mostrar a vocês que não havia apenas desconstrução (minha ou de Hannah Arendt<sup>29</sup>) na fonte de minhas perguntas, nem a genética do texto, nem a arqueologia dos textos e as conexões entre os textos, nem a análise acadêmica usual que todo filósofo (e, claro, não apenas o filósofo) aplica durante a leitura de um texto: ou seja, enquanto lemos, reconhecemos textos que já lemos dentro da obra que estamos lendo, e colocamos de lado o que nos parece novo e desconhecido (mais uma coisa, no texto (ou nos textos) que lemos, encontramos o que de fato não existe nele (neles)).

Com minha pergunta sobre os traços de Kant em Hannah Arendt (também poderia ser Schmitt, Heidegger ou Hegel por exemplo), desejo (1) antecipar uma grande mudança tecnológica que fortalecerá a importância do (hiper) texto, facilitará a descoberta de textos dentro de outros textos e reavaliar o “direito” do leitor ou autor de não compreender, reduzir ou fantasiar, e de acordo com isso, (2) desejo insistir na instabilidade e “violência” da palavra “posição” – a “posição” de Hannah Arendt, por exemplo (ou a “compreensão” da violência de Arendt, a “compreensão” da violência de Arendt ou a tarefa impossível encontrada no título “Violência e direito em Hannah Arendt”).

Arendt hesita em seus textos e na discussão sobre violência, e esta é a primeira condição para a cessação da violência. Hesitação é sua resistência. Hesitação é talvez o que permite pensar. Com Arendt não há solução para o “problema” da violência, não existe um fim definitivo ou permissão para certas formas de violência, assim como não existe um texto

<sup>28</sup> “The obscurity of archives”. I. Kant, *The Metaphysics of Morals*, § 61, Practical Philosophy, London, Cambridge University Press, 1996, p. 488.

<sup>29</sup> Para realmente empreender um “reexame crítico do principal conceito tradicional e das estruturas conceituais do pensamento político”, é necessária a ajuda de diferentes especialistas. No livro *Sobre a violência* (p. 43), Arendt cita Alexander Passerin d'Entrèves: “Os únicos guias competentes na selva de tantos significados diferentes são os lingüistas e os historiadores. É a eles que devemos pedir ajuda.”

final. Existe um último texto - já disse que para mim esta é a versão de 1969 - mas certamente não é o texto "final" nem um texto imaginário que ela tentou escrever. Por causa disso, parece que a gênese (geração, mas também corrupção) de uma ideia, por exemplo a figura da "não-violência", é mais importante do que o que Arendt escreve sobre o envolvimento de Gandhi em seu trabalho final. Para experimentar esta estratégia genética em relação à sua "posição" sobre a violência, tendo em vista as duas grandes ressalvas que venho tentando explicar todo esse tempo (Não tenho "todos" os seus manuscritos "diante de mim"; e a outra apreensão, meu texto é um esboço e não o último ou o texto final), tentei encontrar sua originalidade examinando aquelas formas de violência (ou aqueles pensamentos sobre violência) que ela nega. Da mesma forma, eu estava interessado, como no caso de Gandhi, em pesquisar a forma de violência que ela aprova e depois abandona repentinamente. Portanto, assim como no caso da violência "e" direito, ou da teoria da "guerra justa", Hannah Arendt nega a validade de qualquer tipo de "democracia militante" /*Streitbare Demokratie*<sup>30</sup>. Não há razão *suficiente para uma guerra para tornar o mundo seguro para a democracia*<sup>31</sup> e a justificativa para a guerra contra a guerra ou a última guerra contra a guerra, ou a violência contra a violência (*vim vi repellere licet*) é plausível.<sup>32</sup>

A noção de "última guerra", também presente no título deste texto, é mencionada em vários textos geopolíticos de Franz Rosenzweig, que os escreveu durante a Primeira Guerra Mundial na Frente Sul, na Macedônia e na Sérvia. A "última guerra" é apenas mais uma guerra necessária para que todas as guerras possíveis sejam evitadas. Apesar de estar modificando o sentido do conceito de Rosenzweig, está em questão uma guerra que fundamenta sua justificativa em ser a última guerra, impedindo, portanto, qualquer guerra posterior ou possível. O problema é, claro, que a última guerra pode durar para sempre (a "guerra contra o terrorismo", como a guerra contra o Diabo, como você sabe, não tem fronteira no tempo). O problema é que essa guerra pode ser repetida e geralmente é a última guerra várias vezes. Hannah Arendt não deixa espaço para a possibilidade de tal guerra ou para um último e extremo uso da violência.<sup>33</sup> Mas se libertarmos o conceito de "última guerra" da palavra

---

<sup>30</sup> This is Karl Löwenstein term. Cf. "Militant Democracy and Fundamental Rights", *The American Political Science Review*, 1937, p. 417 and p. 638.

<sup>31</sup> *Denktagebuch*, 1950-1973, S. 217.

<sup>32</sup> *Dissent, Power, and Confrontation*, p. 100.

<sup>33</sup> A prontidão para o uso da violência extrema é bem explicada no seguinte fragmento de dezembro de 1967: "A bomba atômica: Nós a inventamos porque lidávamos com o diabo e temíamos que o diabo soubesse fazer isso.

extrema "guerra", e colocarmos em seu lugar "violência", se tentarmos, a qualquer custo, defender a palavra literal imaginária "última" ("última violência"), então seria possível falar de Marx e da violência de uma revolução na forma como Hannah Arendt a entende. Esta não é uma revolução permanente, mas sim a última revolução bem-sucedida e abrangente. Esta não é uma "última guerra", mas uma última guerra de libertação.

Porque a revolução não quer trocar governantes, não trocar caçadores, mas abolir caçadores e perseguidores e a opressão por completo.<sup>34</sup>

Acho que esse poderia ser o modelo, o único modelo, de violência que é justificável para Arendt e que satisfaz seus critérios de justificação. Mais precisamente, a revolução em sua interpretação e modificação de Marx, a revolução como a última violência que põe fim a qualquer violência futura, é o modelo pelo qual ela mede a justificativa de qualquer violência particular. Em comparação com esta violência que acaba com toda violência e injustiça, que está na realidade acima de qualquer justificativa, todas as outras violências são injustificadas para Arendt; ela encontra defeitos em todas as outras formas de violência. Acho que faltam critérios mais precisos e o sistema de regras que Arendt usa para distanciar e diferenciar sua violência hipotética (revolucionária) e força bruta específica (ou violência bruta) que encontramos na história.

Tudo o que desejo fazer, ao final desta apresentação, é mencionar várias condições de abertura de um possível preâmbulo de um texto sobre violência que deveria nos aproximar do projeto não realizado de Hannah Arendt. Parece-me que ela conseguiu revelar as condições primárias de um sistema que revê o conceito de violência e que promete o fim da violência:

1. Liberdade e vida. "Só é possível liderar guerras pela liberdade, só liberdade tem a ver com violência."<sup>35</sup> Nos anos seguintes, em seus escritos sobre política, Arendt fala da proteção da vida e da liberdade por meio da violência, mas também da ameaça da violência sobre a liberdade e a vida (recordo que a "violência divina" de Benjamin protege e dá vida). O entrelaçamento das palavras "vida", "liberdade" e "vida em sociedade" é muito difícil de

---

Nós o usamos contra um inimigo comum. Queríamos mantê-lo quando houvesse inimigos, mas não demônios - e prontamente, para justificar isso, inventamos um diabo. O perigo agora - nós nos tornamos o diabo. O modelo de toda violência." *Denktagebuch*, S. 672 673.

<sup>34</sup> *Dissent, Power, and Confrontation*, p. 100.

<sup>35</sup> *Es kann nur Kriege für die Freiheit mit irgendetwas mit Gewalt zu tun* (1952). H. Arendt, *Denktagebuch*, 1950-1973, S. 243.

entender. Duas frases desta época são especialmente difíceis. No primeiro, Arendt fala de uma questão que ela não deseja analisar no momento:

Por enquanto, deixemos de lado a questão de saber se essa diminuição da violência na vida da sociedade /des Gewalttätigen im Leben der Gessellschaft/ deve, na realidade, ser equiparada a um ganho na liberdade humana.<sup>36</sup>

A segunda frase também nunca é repetida ou pensada: A violência às vezes é necessária para a defesa da política e aquelas disposições para sustentar a vida /Lebensversorgung/ que devem ser garantidas antes que a liberdade política seja possível.<sup>37</sup>

2. Necessidade. Arendt introduz esse conceito em seus fragmentos políticos como análogo ao conceito de violência e, posteriormente, como contrário à liberdade. A necessidade rege a vida da sociedade, mas, da mesma forma, a vida está sob a coerção da necessidade.<sup>38</sup> Apesar de Arendt não mencionar esse conceito em seus escritos sobre a violência, no livro *On Revolution* a necessidade é a primeira justificativa para a guerra (ou o primeiro sinal de que uma guerra é justa), ou, como diz Arendt, ainda não vendo uma diferença entre “justificar” e “legitimar”, “necessidades são motivos legítimos para invocar uma decisão pelas armas”.<sup>39</sup>

3. Biopolítica. A necessidade introduz uma coerção orgânica (a vida e o “corpo orgânico” pressionam o sujeito e ele se inclina para a emancipação daquilo que lhe é necessário<sup>40</sup>) e o poder de um momento biológico na teoria política. Para Arendt, uma das primeiras fontes e justificativas da violência é o surgimento de metáforas e analogias biológicas no pensamento de uma comunidade.]

Nada, em minha opinião, poderia ser teoricamente mais perigoso do que a tradição do pensamento orgânico em questões políticas, pela qual o poder e a violência são interpretados em termos biológicos. (...) As metáforas orgânicas com que se permeia toda a nossa discussão atual desses assuntos, especialmente dos motins - a noção de “sociedade doente”, da qual motins são sintomas, como febre é sintoma de doença – no fim, só podem promover a violência.<sup>41</sup>

<sup>36</sup> Was ist Politik?, S. 74; The Promise of Politics, p. 148.

<sup>37</sup> Ibid, S. 77; p. 151.

<sup>38</sup> Ibid, S. 74-75; pp. 148-149.

<sup>39</sup> On Revolution, pp. 12-13, 64, 113.

<sup>40</sup> Ibid, p. 114.

<sup>41</sup> On Violence, p. 75.

4. Justificativa e Legitimidade. No livro *On Revolution*, uma frase muito importante representa a semente de uma diferença futura que Arendt também nunca "justificou" sistematicamente.

Uma teoria da guerra ou uma teoria da revolução, portanto, só pode lidar com a justificação da violência porque essa justificação constitui sua limitação política; se, em vez disso, chega a uma glorificação ou justificação da violência como tal, não é mais política, mas antipolítica.<sup>42</sup>

Claramente provocada pelo debate de 15 de dezembro de 1967, "A Legitimidade da Violência ...", Arendt, a fim de afirmar mais uma vez sua "teoria da diferença", pela primeira vez fala explicitamente da "diferença" entre *justificativa* /die Rechtfertigung/ e *legitimidade* /die Legitimierung/ em seus diários em janeiro de 1968 (o fragmento é chamado de "Teses sobre a violência")

A violência nunca é legítima, mas pode ser justificada. A justificativa original da violência é o poder (a lei como instituição de poder). A violência é sempre instrumental, o poder é essencial.<sup>43</sup>

A tentativa final de desvendar essa diferença com a ajuda do tempo (passado-futuro) termina com a conhecida postura de que em legítima defesa ninguém questiona o uso da violência, porque o perigo está presente, e "o fim que justifica os meios é imediato".<sup>44</sup>

No final, devemos acrescentar, a todas as condições prévias para novas reflexões sobre política e violência, três grandes temas sobre os quais Arendt foi a única a escrever no século passado: *a hipocrisia, o serviço secreto e a manipulação política*. Mas, no entanto, "a violência não ajuda em nada contra a manipulação".<sup>45</sup>

---

<sup>42</sup> *On Revolution*, p. 19.

<sup>43</sup> *Denktagebuch*, 1950-1973, S. 676.

<sup>44</sup> *On Violence*, pp. 51-52. Este fragmento foi modificado nas primeiras versões deste texto. "Reflexões sobre a violência", p. 26

<sup>45</sup> *Denktagebuch*, 1950-1973, S. 676